

O fio da missanga: literatura de encantamento, ancestralidade e educação antirracista com crianças de terreiro

Anna Carolina Dias Mendes

(UERJ-FFP) São Gonçalo, Rio de Janeiro; carolpedagogiauerj0@gmail.com

Introdução

O presente trabalho apresenta uma prática pedagógica desenvolvida em um terreiro de Umbanda, localizado no município de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A experiência insere-se no campo da educação antirracista reconhecendo o terreiro como espaço legítimo de produção de saberes, de formação cultural e de transmissão de conhecimentos firmados em cosmopercepções (Oyèrónkè, 2021) afro-brasileiras. Em O fio das missangas, Mia Couto, escritor moçambicano, constrói uma narrativa potente que me ajuda a pensar a fundamentação epistemológica que segue este trabalho. As missangas são miúdas, singulares, diversas em cores, e só ganham sentido pleno quando alinhadas por um fio. A metáfora me ajuda a pensar a pedagogia no espaço educativo do terreiro. No espaçotempo do terreiro o conhecimento se constrói pela oralidade, pela ancestralidade e pela coletividade. Cada sujeito\ a (crianças, adultos) são uma “missanga” que carregam saberes, memórias e experiências. O fio, pensando o terreiro, é a ancestralidade, o axé, que conecta gerações e sustenta identidades silenciadas pelo racismo religioso. “A missanga todos a veem. Ninguém nota o fio que, em um colar vistoso, vai compondo as missangas. Também assim é a voz do poeta: um fio de silêncio costurando o tempo” (COUTO, 2009). À luz da Literatura Negro-Brasileira do Encantamento (OLIVEIRA, 2020), esse fio é entendido como a ancestralidade que sustenta a palavra, o axé que atravessa as narrativas e conecta tempos, corpos e memórias. Trata de uma pedagogia da sensibilidade, na qual o encantamento se apresenta de forma clara no gesto, na escuta e na partilha, tecendo um encontro entre quem conta e quem ouve fazendo da literatura possibilidades de encantamento.

A justificativa deste trabalho estar fundamentada na relevância da contação de histórias Afro-brasileiras como prática pedagógica comprometida com a educação antirracista. A contação de histórias é um dispositivo formativo potente, capaz de articular oralidade, imaginação e afetividade, favorecendo a construção de identidades positivas. Ao firmar a proposta em narrativas que valorizam as cosmopercepções Afro-brasileiras, a prática contribui para a valorização de saberes historicamente marginalizados, rompendo com a centralidade de referências eurocêtricas no processo educativo de contações de histórias. Nesse sentido, a Literatura Negro-Brasileira do Encantamento, conforme proposto por Kiusam de Oliveira (2020) é uma contranarrativa que afirma a ancestralidade, o pertencimento e o direito das crianças negras\ terreiro a experiências marcadas pela alegria, pelo cuidado e pelo encantamento, rompendo com histórias de sofrimento do povo negro.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Este trabalho tem como objetivo contribuir para a valorização de uma prática antirracista, a partir das experiências de contações com crianças de terreiro, tomando como referência a Literatura Negro-Brasileira do Encantamento defendida por Oliveira (2020).

A metodologia fundamenta-se na leitura e na contação de histórias a partir de obras que compõem o acervo do Terreiro. O método consiste na contação de histórias para e com crianças do terreiro, reconhecendo-as como sujeitos históricos e epistêmicos, cujas experiências, saberes e formas de expressão são construídas do processo educativo. A abordagem metodológica dialoga com os pressupostos da Sociologia da Infância, que compreende as crianças como sujeitos sociais, históricos e culturais, produtores de sentidos e participantes ativos na construção da vida social (Carvalho et al., 2022). Nessa perspectiva, a infância é compreendida como uma categoria social cujas experiências, saberes e linguagens devem ser reconhecidas e legitimadas nos processos educativos. A prática de contação de histórias assume um caráter participativo e dialógico, no qual as crianças do terreiro são convidadas a co-construir narrativas, reinterpretar histórias e mobilizar a oralidade e a imaginação como formas legítimas de produção de conhecimento. Essa abordagem rompe com concepções adultocêntricas e eurocêntricas na educação, reconhecendo as crianças como interlocutoras autônomas e portadoras de repertórios culturais próprios, atravessados pela cosmopercepção do terreiro.

Dialogando com referenciais teóricos como Djamila Ribeiro (2019) e Barbara Carine (2023) que compreendem o/a educador/a antirracista como aquele/a que problematiza as hierarquias raciais, que questiona a colonialidade do saber e valoriza epistemologias subalternizadas pela lógica da colonialidade. A prática desenvolvida privilegia a oralidade, a escuta sensível e a partilha como dimensões centrais da aprendizagem. A contação de histórias no terreiro configura-se como uma ação pedagógica que rompe com modelos eurocêntricos de ensino, afirmando o terreiro como espaço educativo legítimo, no qual a ancestralidade, o axé e as cosmopercepções Afro-brasileiras orientam outros modos de ensinar, aprender e produzir sentidos no mundo.

Resultados e Discussões

Considerando o caminho proposto por Kiusam de Oliveira (2020) o conceito de Literatura Afro-brasileira, tende a operar predominantemente como uma categoria identitária centrada na temática racial, e que muitas vezes é uma literatura que não está a serviço de encantar e produzir protagonismo negro. Tal denominação, no campo literário e educacional, muitas vezes limita a compreensão das obras a um recorte étnico-cultural, sem explicitar os pressupostos epistemológicos, estéticos e formativos que as sustentam. Por este motivo escolhi caminhar com a Literatura Negro-Brasileira do Encantamento para deslocar o eixo da discussão da identidade para a produção de sentidos, configurando-se como uma categoria epistemológica e pedagógica. Trata-se de um conceito firmado no que Oyèrónké Oyèwùmí (2021), chama de cosmopercepções que refere-se às diferentes maneiras pelas quais os sujeitos percebem, compreendem e organizam o mundo, a partir de referenciais culturais específicos.



Oyèrónké Oyěwùmí(2021) destaca que essas percepções não se baseiam na visão ou na racionalidade ocidental, mas envolvem dimensões como a oralidade, o corpo, a ancestralidade, a espiritualidade e as relações comunitárias. Ao utilizar o conceito, afirmamos a legitimidade de outros modos de produzir conhecimento, especialmente aqueles vinculados às sociedades africanas e afro-diaspóricas, nas quais a oralidade, a ancestralidade, a espiritualidade, a circularidade do tempo e a indissociabilidade entre corpo, palavra e afeto constituem formas legítimas de conhecimento. A literatura infantil alinhando com a contação de histórias desempenha um papel fundamental na construção de práticas pedagógicas antirracistas, especialmente no contexto educativo das crianças de terreiros, ao constituir-se como uma das missangas que compõem o *fio da ancestralidade*. A literatura infantil carrega significados profundos, como dispositivos de memória, identidade e encantamento. Ao apresentar personagens e narrativas afrocentradas, itans e histórias inspiradas nos saberes tradicionais de matriz africana, a literatura contribui para a valorização da oralidade, da ancestralidade e dos modos de existir historicamente silenciados pelo currículo eurocêntrico. bell hooks (2023) analisou como a literatura infantil é um local crucial para uma educação (no caso dos estudos feministas) que leve a uma conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas. À luz do pensamento de hooks (2023) buscamos este mesmo caminho para compreendermos o papel da literatura infantil na construção de uma prática educativa antirracista alinhada com os conhecimentos do terreiro e que reconheça a educação como espaço de múltiplas possibilidades, cuidado e produção de sentidos comprometidos com a justiça do saber. A contação de histórias com crianças de terreiros, configurando-se como uma possibilidade de transmissão da ancestralidade, da memória coletiva e dos valores civilizatórios de matriz africana. A metáfora do *fio da missanga* pensando a contação de histórias pode ser compreendida como uma das missangas que, embora miúda em sua forma, carrega densos significados simbólicos, históricos e educativos, sendo atravessada pelo fio da ancestralidade que conecta passado, presente e futuro. Por meio das narrativas orais, especialmente os itans, cantigas e histórias de encantamento, as crianças têm acesso a saberes que ultrapassam a dimensão cognitiva, alcançando aspectos éticos, estéticos, espirituais e identitários.

Firmada com a Lei nº 10.639/03, a contação de histórias afirma o direito das crianças negras de se reconhecerem positivamente em narrativas que valorizam culturas e modos de existir, ao mesmo tempo em que contribui para a desconstrução de estereótipos e silenciamentos historicamente impostos às culturas afro-brasileiras. Trata-se de uma prática pedagógica antirracista que legitima a oralidade como forma de produção de conhecimento, promovendo a justiça cognitiva e reconhecendo o terreiro como espaço educativo. Assim, a contação não apenas ensina, mas encanta, fortalece vínculos comunitários e inscreve a ancestralidade como princípio estruturante da educação na infância.

Conclusão

Pode-se afirmar que a prática pedagógica da contação de histórias com crianças de terreiro apresenta grande potencial para contribuir positivamente para a formação da identidade de axé, ao fortalecer o fio da missanga da ancestralidade, oralidade e memória. Nesse sentido, a valorização da literatura de encantamento mobiliza narrativas que articulam imaginação, espiritualidade e saberes afro-diaspóricos. Ao dialogar com cosmo percepções afro-brasileiras, essa prática pedagógica afirma o espaço educativo do terreiro como espaço de resistência, pertencimento e valorização das culturas afro-brasileiras desde a infância.

Firmando o fio da fundamentação epistemológica que seguiu este trabalho. O fio de missangas, compondo o fio da ancestralidade. Na cosmopercepção do terreiro o fio de conta é um dos principais elementos utilizados pelos seus “filhos de santo”. Mais do que um simples colar vistoso. O fio de conta carrega grande significado e diversas funções. A proteção espiritual é uma dessas funções. O fio de conta atua como um amuleto de proteção. Tal como o patuá atua como amuleto de proteção. Ambos resguardam os filhos de santo das energias negativas. O fio de conta, são múltiplos em cores, cada sequência de conta e cores indicam um pertencimento. Um fio de conta completo de contas brancas indica um fio de Oxalá. Já um fio com contas douradas é facilmente identificado como um fio para mãe Oxum. Mas nem sempre a identificação se torna hegemônica. Sabendo que os rios são diversos e múltiplos. Na cosmopercepção da Umbanda o verde está para Oxossi. Já nas cosmopercepções do Candomblé o azul compõem o fio de Oxossi. Este é só um exemplo sucinto de como a epistemologia do terreiro é múltipla.

No fio da fundamentação que segue este trabalho acredito que seja necessário a explicação de por qual motivo utilizei a grafia “missanga” e não “micanga” como indica a norma portuguesa. “Missanga” e “miçanga” referem-se ao mesmo objeto: pequenas contas de diversas cores utilizadas na composição de colares, fios de conta e artefatos simbólicos. Missanga, palavra de origem banto, grupo étnico trazidos ao Brasil pelo processo cruel de colonização, está vinculada a práticas culturais, rituais e cosmológicas africanas e afro-diaspóricas, especialmente no contexto dos terreiros, onde carregamos fios de contas que expressam ancestralidade, pertencimento e axé. À luz da teoria do *pretuguês*, formulada por Lélia Gonzalez (2020), a palavra missanga de origem banto, insere na Língua Portuguesa marcas da presença africana. A grafia “miçanga”, consagrada pela norma culta seria uma variação fonética, resultado de processos históricos de adaptação e normatização linguística associados à colonialidade. Conforme aponta Lélia Gonzalez, tais processos operam a desqualificação das formas linguísticas de matriz africana, classificando-as como desvios da língua, quando, na realidade, constituem expressões legítimas do *pretuguês*. Desse modo, a distinção entre “missanga” e “miçanga” é simbólica e política, revelando disputas em torno da língua. Mas este é assunto e debate para outro momento, aqui, me cabe a explicação da minha escolha. Entendendo que minha produção está comprometida com uma educação antirracista, configura-se um gesto político-epistemológico-ético reconhecer o fio da missanga como fio que segue a prática pedagógica.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Das línguas africanas ao português brasileiro**. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, p. 81–106, 1983.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta, 2023.

CARVALHO, Janaína Nogueira Maia; ADEGAS, Fernanda Victória Cruz; SILVA, Camila Ferreira da; BROSTOLIN, Marta Regina (orgs.). *A sociologia da infância: possibilidade/s de voz e ação da criança e sua/s infância(s)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2022. 223 p. Recurso eletrônico. ISBN 978-65-89995-36-4.

COUTO, Mia. *O fio da missanga*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

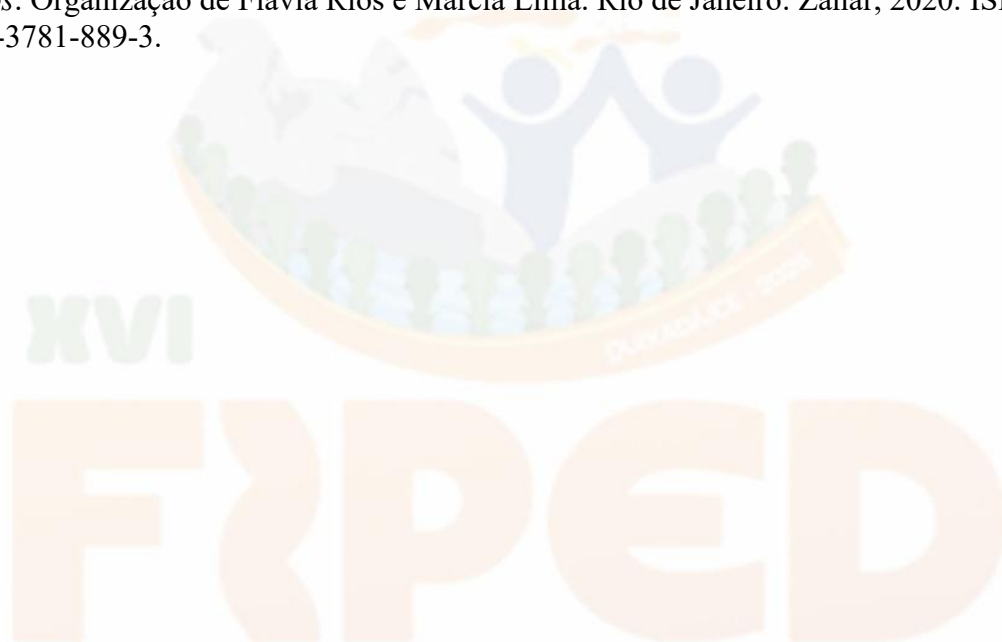
OLIVEIRA, Kiusam de. **Literatura negro-brasileira do encantamento e as infâncias: reencantando corpos negros**. 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. ISBN 978-85-3781-889-3.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior